

Boletim 973/2016 - Ano VIII - 05/05/2016



www.dci.com.br

Taxa de desemprego aumenta em serviços e crava tendência

Sem muitos recursos para sobreviver, as empresas dependem de demissões para reduzir custos. Com piora do indicador, demanda também pode cair

São Paulo - Sem conseguir segurar mais a elevação dos custos, empresas de serviços aumentam as demissões no mês de abril para manter operações em andamento. A perspectiva é que a queda no nível de emprego se repita nos próximos meses.

De acordo com a pesquisa Índice de Gerente de Compras (PMI, em sua sigla em inglês), em abril, a taxa de perda de empregos foi, de um modo geral, a mais acentuada até hoje. Para o economista do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Roberto Troster, a tendência é que as empresas mantenham as medidas de redução de custo e aumento de fluxo de caixa, que incluem venda de ativos e corte de mão e obra.

Segundo Troster, para que o cenário mude, é necessário mais do que uma recuperação econômica. "As empresas demoram para mandar embora, mas também demoram para contratar", explica.

Para ele, mesmo que o setor entre em processo de recuperação este ano, a perspectiva é que a retomada do nível de emprego demore ainda mais. "E mesmo assim, só vemos uma leve melhora do setor no início de 2017."

Para o especialista, os setores mais impactados serão os que dependam do aumento de renda da população, por exemplo, serviços mais luxuosos. Já os serviços mais baratos poderão sofrer menos no cenário econômico. "Não apenas nos serviços, mas comércio", indica.

Índice geral

O PMI de serviços do Brasil atingiu em abril o nível mais baixo da série histórica iniciada há mais de nove anos, passando de 38,6 em março para 37,4 em abril. Foram citadas taxas acentuadas de contratações em todas as seis áreas do setor de serviços. "A tendência é de queda. Não vemos algo diferente", diz.

A economista do Markit, Pollyanna De Lima, concorda. "As perspectivas econômicas permanecem sombrias com tanta incerteza no mercado", diz. Para ela, é improvável que



reformas econômicas façam parte da agenda dos políticos até que o resultado do impeachment chegue a uma conclusão no Senado.

Para ela, outro fator que deve piorar a situação é o efeito 'bola de neve' que deve ocorrer. "Prevê-se que o aumento do desemprego agrave ainda mais a demanda doméstica nos próximos meses", diz.

Causas

Em abril, os prestadores de serviços apontaram na PMI que a queda no nível da atividade se deve a uma 'situação econômica cada vez mais frágil' e a quedas continuas nas entradas de novos de negócios. Similar ao indicador de março, o volume de novos trabalhos permaneceu baixo. "Isso ocorreu apesar das empresas terem reduzido em média suas tarifas e terem sofrido aumentos acentuados de custos", ressalta Pollyanna do Markit.

Apesar de modesta, a redução de tarifa vista em abril foi a primeira em um ano e meio, aponta a PMI. Em contrapartida, os preços de fábrica tiveram alta no período. Como um todo, o custo dos insumos no setor de serviços aumentou ainda mais em abril, o que as empresas atribuíram, no geral, a um mercado inflacionado. Devido a uma quantidade menor de projetos, as empresas da área aumentaram atendendo pedidos em atraso. Abril foi o nono mês consecutivo a apresentar redução no volume de negócios pendentes. No entanto, na comparação com os primeiros meses do ano, o indicador apresentou uma desaceleração em abril.

Contrapartida

Ainda de acordo com a PMI de serviços, o otimismo das empresas brasileiras de serviços melhorou no mês de abril. Segundo o Markit, o resultado está em sintonia com as expectativas de que as crises políticas e econômicas terminarão. Mais da metade dos entrevistados da pesquisa espera um crescimento da produção no próximo ano, em comparação com 15% que preveem uma redução. O grau de otimismo atingiu um recorde de alta de sete meses. "Mas isso não significa que seja uma tendência", diz o economista do Cofecon.

Segundo Troster, o indicador positivo pode sofrer alterações nos próximos meses.

Vivian Ito

(FONTE: DCI dia 05/05/2016)





Portaria agiliza renovação de acordo em programa de proteção a emprego

Por Daniela Meibak

As empresas que fazem parte do Programa de Proteção ao Emprego (PPE) e que protocolarem pedidos de renovação ao programa terão o processo de análise agilizado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social Portaria publicada pelo "Diário Oficial da União" regulamenta os prazos para apresentação dos pedidos de termos aditivos e permite que o prazo de renovação vigore com data retroativa ao deferimento do pedido.

De acordo com comunicado da pasta, as empresas deverão respeitar o período de vigência do acordo coletivo com os trabalhadores para solicitarem renovação do PPE. Os pedidos de prorrogação do prazo de adesão, do aumento de percentuais de redução da jornada de trabalho e de salário e de acréscimo de novos setores deverão ser formalizados no prazo mínimo de 30 dias da data pretendida para a renovação. Quando a empresa pretender outras alterações no termo aditivo, o pedido deverá ser formalizado no prazo mínimo de 15 dias antes da prorrogação.

"O PPE tem se mostrado eficaz. Mais de 20 empresas já protocolaram oficialmente pedidos de aditivos ao programa, renovando a adesão a partir de acordo coletivo com os trabalhadores e evitando demissões. O objetivo da portaria é regulamentar esse processo de renovação ao PPE", disse, em nota, o secretário de Políticas Públicas de Emprego, Márcio Borges.

A medida também agiliza a tramitação da análise dos pedidos de renovação, prevendo que, excepcionalmente, mediante aprovação da secretaria executiva do PPE, os termos aditivos já apresentados antes da publicação da portaria poderão vigorar com data retroativa ao deferimento do pedido.

"A portaria dá mais agilidade para que a empresa receba os recursos da renovação do PPE, repassados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)", afirma Borges.

De acordo com o ministério, o PPE já transferiu mais de R\$ 157 milhões para manutenção de 58 mil empregos, com 104 termos de adesão publicados, beneficiando 84 empresas. Neste ano, foram feitos 51 termos de adesão até agora. Em 2015, foram 53.

05/05/2016 às 05h00

Destaques

Penhora de carro

O Tribunal Superior do Trabalho desconstituiu a penhora do carro do ex-marido de uma ex-sócia da Target Agrícola, determinada pela Vara do Trabalho de Itápolis (SP) para o pagamento de dívida trabalhista. A decisão é da 2ª Turma. O ministro Caputo Bastos, relator do caso, entendeu que, embora o casal morasse sob o mesmo teto, a penhora de patrimônio adquirido após o divórcio violou o direito de propriedade, pois não ficou comprovada a união estável. O ex-companheiro da empresária, em embargos de terceiros, afirmou que se separou em 2005 e comprou o carro em 2007, e alegou ilegalidade na penhora de 50% do automóvel, apontando violação do artigo 1046 do Código de Processo Civil de 1973, em vigor à época. O primeiro grau manteve a constrição por considerar que a ação original reconheceu a sociedade do casal, mesmo estando separados judicialmente. Ele ainda foi condenado por litigância de má-fé (multa de 20% sobre o crédito trabalhista), por tentar protelar a execução ao opor os embargos três dias antes do leilão, em agosto de 2009, sendo que teve ciência da cerca de um ano e meio antes. O Tribunal Regional do Trabalho de Campinas manteve a sentença e assinalou que a Target Agrícola possui diversas reclamações trabalhistas.

Estabilidade de gestante

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) reconheceu o direito à estabilidade de uma gestante que recusou a transferência de Mogi das Cruzes para São José dos Campos (SP), a 65 km de distância, após encerramento de contrato de prestação de serviços com a Gerdau. A empregada era técnica em segurança do trabalho em uma microempresa e alegou no processo que a gravidez legitimava a sua recusa de ser transferida para outra localidade. O juízo da primeira instância reconheceu a rescisão indireta do contrato de trabalho por culpa do empregador, condenando a Gerdau e a microempresa ao pagamento das verbas trabalhistas. Mas a sentença foi reformada pelo Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. No TST, porém, o relator, ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, entendeu que, mesmo que a alteração do local de seja lícita, a sua recusa em ser transferida para outra localidade não impede a manutenção da estabilidade provisória prevista no artigo 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

(FONTE: Valor Econômico dia 05/05/2016)



ESTADÃO.COM.BR

Em 9 carreiras, negociação inicia do zero

Categorias, como a de policiais federais, auditores e diplomatas, temem não conseguir reajuste com a equipe econômica de Michel Temer

ADRIANA FERNANDES, MURILO RODRIGUES ALVES - O ESTADO DE S.PAULO

As nove carreiras que não fecharam acordo de aumento salarial com a equipe da presidente Dilma Rousseff são as que se sentem mais ameaçadas com a provável troca do governo. Agentes, delegados e peritos da Polícia Federal, policiais rodoviários federais, analistas de infraestrutura, analista técnico de políticas sociais, peritos federais agrários do Incra, servidores do Dnit e diplomatas vão ter de começar do zero as negociações com a nova equipe econômica. Sérgio Ronaldo, da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), acredita que a mesa de negociações com a nova equipe de um governo Temer vai ser mais difícil do que com a de Dilma Rousseff. "Estamos correndo sérios riscos. Tudo indica que vai ser difícil tratar com esses novos atores", afirmou.

A categoria que mais tem força de pressão é a dos auditores da Receita Federal, por conta do impacto na arrecadação de eventuais paralisações na cobrança e recolhimento dos tributos federais. Em época de frustração de recursos, esse poder aumenta. Com essa "bala na agulha", os servidores conseguiram, depois de um ano de negociação, um bônus de produtividade pelo cumprimento de metas de arrecadação. Segundo o Sindicato Nacional de Auditores Fiscais (Sindifisco), o bônus será financiado pelo Fundaf, fundo abastecido com as multas que a Receita aplica em casos de sonegação e fraudes fiscais. O dinheiro será revertido para aumentar a remuneração dos auditores a partir do desempenho deles na arrecadação. O presidente do Sindifisco Nacional, Cláudio Damasceno, afirmou, em nota, que o bônus

só será pago após esgotados todos os recursos administrativos e judiciais dos contribuintes.

Receita Federal. O sindicato insiste que não se trata de um reajuste diferenciado, embora a negociação do bônus tenha causado insatisfação das outras categorias que também reivindicam serem contempladas com o adicional de produtividade. Os auditores da Receita acordaram com o governo, em março, reajuste de 21,3%, divididos em quatro anos, sendo 5,5% em 2016; 5% em 2017; 4,17% em 201; e 4,5% em 2019. Esse bônus foi usado até os anos 1990 e ainda é aplicado na maioria dos fiscos estaduais e nas administrações tributárias de outros países, alegam os defensores do complemento da remuneração. Com a melhoria da produtividade dos servidores, haveria impacto positivo para a arrecadação dos tributos federais.

Os auditores da Receita alegam que, na comparação da remuneração com a dos auditores estaduais, estariam na 27.ª colocação, na frente apenas dos colegas do Espírito Santo. O bônus previsto a partir de agosto até o fim de 2016 é de R\$ 3 mil por auditor, inclusive para os aposentados. O benefício deixaria a categoria mais "estimulada". A partir de janeiro de 2017, será vinculado ao desempenho e metas de produtividade global da Receita. Nos últimos meses, os auditores fizeram redução das atividades diárias, o que afetou a arrecadação nesse momento de forte queda do recolhimento dos tributos. Para uma fonte da área econômica, o governo ficou "refém" dos auditores, que acabaram recebendo um adicional para "fazer o que é dever deles". "Até aposentados estão no pacote. Se o bônus é de eficiência, por que aposentados?", disse uma fonte, que teme que a medida dispare insatisfação em outras categorias do serviço público, que não ficaram satisfeitas com os reajustes recebidos.

(FONTE: Estado de SP dia 05/05/2016)



FOLHA DE S.PAULO

Setor de serviços em SP fecha 138 mil vagas em doze meses

O setor de serviços eliminou 138 mil empregos no Estado de São Paulo entre fevereiro deste ano e o mesmo mês de 2015, uma redução de 1,8%, segundo pesquisa inédita da FecomercioSP.

Essa é a pior queda anual no número de vagas do setor desde o início da série histórica, em 2008. O resultado tem sido negativo desde julho do ano passado.

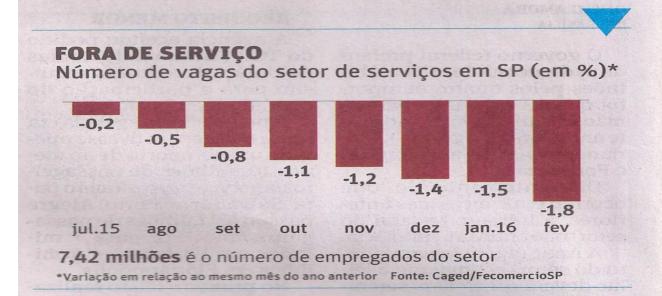
Em fevereiro, o desempe-

nho se manteve estável em relação a janeiro, graças às contratações no setor de educação, que subiram 3%, diz Jaime Vasconcellos, assessor econômico da entidade.

"É uma questão de sazonalidade. Em março, o saldo deverá voltar a ser negativo."

No caso do atacado paulista, a retração anual nos postos de trabalho foi de 4% no período. Em fevereiro, o número de empregados do setor foi o pior registrado desde março de 2010 —cerca de 496 milhões de funcionários.

"O atacado, que abastece o varejo e pequenas indústrias, sofre ainda mais que o setor de serviços, que é mais pulverizado", diz Vasconcellos.



(FONTE: Folha de SP dia 05/05/2016)

DIÁRIO DE S. PAULO

DIÁRIO DE S. PAULO - QUINTA-FEIRA / 5 DE MAIO DE 2016

dia a dia

MOBILIZAÇÃO NO ABCD

Metalúrgicos paralisam Mercedes em defesa de oito mil empregos

Segundo sindicato da categoria, montadora planeja demitir funcionários que estão no Programa de Proteção ao Emprego em agosto

maria.cacador@diariosp.com.br

Funcionários da Mercedes-Benz fizeram, ontem, paralisado Campo, em defesa dos postos de trabalho. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do sindicato, Moisés Selerges. ABC, há um clima de insegudesde a semana passada. Nas comemorações dos 60 anos da Phillipp Schiemer declarou a intenção de não renovar o PPE (Programa de Proteção ao Emprego), que vence este mês.

A medida, implantada no país em 2015, reduz a jornada do trabalho e a remuneração dos trabalhadores em 30%. Em contrapartida, o governo federal, por meio do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), com-

Maria do Carmo Caçador pensa a redução do salário em fundamentais para isso. Agora até 15%. Com o programa, a empresa não pode demitir.

que gerou clima de tensão, de ção de 24 horas na sede da incerteza na empresa, pois deu ve e disse estar sofrendo os montadora, em São Bernardo a entender que haverá demissões e que pode ser com qualquer um", declarou o diretor do

Odirigente disse que a unidarança entre os empregados de tem 9,8 mil funcionários, dos quais oito mil estão no regime de PPE, com jornada reduaderiu ao programa em setembro de 2015 e o período de estabilidade vence em agosto. A empresa tem ainda 1,5 mil funcionários em licença remunerada por tempo indeterminado.

"Temos consciência das dificuldades das montadoras, mas é importante lembrar que nos anos anteriores elas lucraram muito e os trabalhadores foram

que a situação é de seca, não é justo a empresa não oferecer "Foi uma declaração infeliz nem um pingo d'água."

A fabricante lamentou a greefeitos da "drástica queda no mercado de veículos comerciais causada pela crise política e econômica". A nota ressaltou, ainda, que "desde 2014, a Mercedes-Benz vem adotando diversas medidas de flexibilidade e gestão de mão de obra para fábrica no Brasil, o presidente zida em 20%. A montadora gerenciar o excedente de mais de dois mil pessoas na fábrica".

Ontem, o Ministério do Trabalho publicou portaria no "Diário Oficial" que promete facilitar a renovação do PPE. Agora, mesmo que haja atraso da empresa no envio da documentação completa ao governo, os patrões já terão acesso aos recursos do FAT e, assim, repassá-lo aos trabalhadores.



Assembleia decidiu pela paralisação total das atividades na montadora